

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL A NBCT-16.5: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO NÃO REGISTRO NA EQUIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Priscila Mayara BENTO<sup>1</sup>  
Rafael Teixeira PEREIRA<sup>2</sup>  
Maria Cecília Palácio SOARES<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo foi elaborado com o intuito de demonstrar a não inclusão das contas ambientais nas demonstrações contábeis públicas, que tem como princípio chave a equidade. Inicialmente comenta sobre a contabilidade ambiental, sua importância tanto para a entidade quanto para o meio. Depois trata sobre o ativo e o passivo detalhando cada item dentro da contabilidade ambiental. Logo após, explana de forma breve o plano de contas utilizado na escrituração contábil pública e o modelo de sua demonstração. Finaliza com o ajuste desse modelo inserindo tais contas ambientais e assim deixando os relatórios públicos mais transparentes conforme a exigência da Portaria 184/08.

**Palavras-chave:** Registro Contábil. Contabilidade Ambiental. Transparência Pública. Equidade das Demonstrações.

### 1 INTRODUÇÃO

A cada dia que passa, o meio ambiente está cada vez mais participativo no meio empresarial. Pois a gestão ambiental exige uma adaptação do processo produtivo dessas entidades, e com isso suas ações ambientais devem ser escrituradas nas demonstrações contábeis. Com a evidenciação de tais ações, a empresa obtém um retorno, podendo ser tanto lucro financeiro quanto lucro social, ou seja, a responsabilidade social que a empresa possui com o meio material.

---

<sup>1</sup> Discente do 3º ano do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. priscilamb@hotmail.com.br.

<sup>2</sup> Discente do 3º ano do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. rafaelteixeirapereira@hotmail.com.br.

<sup>3</sup> Docente do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. Mestre em Educação pela Universidade do Oeste Paulista de Presidente Prudente. mcps@unitoledo.br. Orientadora do trabalho.

Pensando nisso, todas as empresas deveriam então fazer a escrituração de forma legítima e transparente para não haver distorções. Mas o registro contábil aplicado ao setor público não faz essa evidenciação, fazendo com que a sua principal característica seja falha, que é a equidade em suas demonstrações.

Com isso aprofundou esse tema por não haver essa escrituração da contabilidade ambiental, sendo que tal item é de suma importância tanto para as empresas quanto para a sociedade, pois esta, precisa do ecossistema em perfeito funcionamento para sobrevivência e pelo fato das entidades serem as principais poluentes, criou-se a necessidade de preservar e demonstrar em relatórios tal manutenção do meio material.

Tomou como objetivo a manutenção desse relatório declarado pela entidade, ajustando para a inclusão das contas que não são escrituradas.

Utilizou como método principal o dedutivo, onde partiu de argumentos gerais para aprofundar no mais específico. E como técnica a documentação indireta, utilizando o documental em arquivos públicos e bibliográfica em publicações feitas por outros autores.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

A gestão ambiental exige a adaptação do processo produtivo com a preservação do meio ambiente. A evidenciação das ações ambientais realizadas pela empresa é destacada em seu patrimônio através da escrituração pelos métodos da Contabilidade Ambiental. Segundo Ribeiro (2005, p. 45), tem como objetivo:

Identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

A representação da riqueza ocorre através do ativo, bens e direitos adquiridos pela entidade que constituem o patrimônio da mesma num determinado período e tem a finalidade de preservar e conservar o meio ambiente, além de

melhorar a eficiência de outros Ativos. Essas contas devem ser demonstradas em linha à parte das demonstrações contábeis. Conforme Ben (2006, p. 07) tem-se os seguintes Ativos Ambientais:

Clientes ambientais – referem-se a duplicatas a receber que se originam de vendas a prazo de resíduos reciclados, sucatas e de prestação de serviços ambientais;

Equipamentos ambientais – conta representativa de investimentos em equipamentos com o objetivo de minimizar problemas ambientais, reduzir o consumo de água e de resíduos, etc.

As contas citadas acima são exemplos de ativos ambientais, que com o investimento em equipamentos, há uma possibilidade de vender materiais reciclados e assim, aumentar o patrimônio, além de preservar o meio material.

O passivo são obrigações exigíveis ou não-exigíveis que a empresa possui contra terceiros num determinado período. Os passivos ambientais também são obrigações com terceiros, mas, por alterarem de forma negativa o meio material, ficando incumbidos de pagar altas quantias como forma de multa com a finalidade de recuperar as áreas danificadas. Segundo Tinoco; Kraemer (2004, p. 178-179) existem três tipos de passivo ambiental:

Legais ou Implícitas – quando a entidade tem uma obrigação presente legal como consequência de um evento passado, como o uso do meio ambiente (água, solo, ar etc.) ou a geração de resíduos tóxicos. Essa obrigação legal surge de um contrato, legislação ou outro instrumento de lei. Também quando uma entidade cria uma expectativa válida em frente a terceiros e, por conta disso, assume um compromisso;

Construtivas – são aquelas que a empresa propõe-se a cumprir espontaneamente, excedendo as exigências legais. Ocorre quando a empresa está preocupada com sua reputação na comunidade em geral, ou quando está consciente de sua responsabilidade social, e usa os meios para proporcionar o bem-estar da comunidade;

Justas – refletem a consciência de responsabilidade social, ou seja, a empresa as cumpre em razão de fatores éticos e morais.

Acima fica claro que a entidade se compromete a conservar o meio ambiente não só para obter lucros financeiros, mas também, lucros sociais, ou seja, cria-se a obrigação com a finalidade de demonstrar a sociedade que a empresa possui uma responsabilidade social.

Tesouro Nacional (2009, p. 16) estabelece o Plano de Contas como “[...] estrutura básica da escrituração contábil, formada por um conjunto de contas previamente estabelecido” e “[...] tem como objetivo atender, de maneira uniforme e sistematizada, o registro dos atos e fatos praticados pela entidade.” A Tabela 1 exemplifica as contas do plano aplicado ao setor público.

**TABELA 1 – Modelo do Plano de Contas**

<b>CÓDIGO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>TÍTULO</b>
<b>1</b>	<b>ATIVO</b>	<b>2</b>	<b>PASSIVO</b>
1.1	Ativo Circulante	2.1	Passivo Circulante
1.1.2.1	Clientes	2.1.4	Obrigações Fiscais de Curto Prazo
1.1.3.5	Créditos por Danos ao Patrimônio	2.1.5	Demais Obrigações de Curto Prazo
1.1.4	Investimentos Temporários	2.1.5.2	Débitos por danos a terceiros
1.2	Ativo Não-Circulante	2.1.8	Provisões de Curto Prazo
1.2.3	Imobilizado		

Fonte: (TESOURO, 2009 p. 41-47)

Verifica-se que os Ativos e Passivos Ambientais não são escriturados em linhas segregadas e assim, fere alguns princípios que são determinantes ao setor público, e conforme o Tesouro Nacional (2009, p. 30-31) esses princípios são:

Comparabilidade – os registros e informações contábeis devem possibilitar uma análise da situação patrimonial ao longo do tempo;

Confiabilidade – os registros e informações contábeis devem também reunir requisitos de verdade e validade que possibilitem segurança e credibilidade aos usuários para a tomada de decisão;

Tempestividade – os fenômenos contábeis patrimoniais devem ser registrados no momento de sua ocorrência e divulgado em tempo hábil para os usuários;

Visibilidade – os registros e as informações contábeis devem ser disponibilizados para a sociedade e expressar, com transparência, o resultado da gestão.

O Quadro 1 apresenta a estrutura do Balanço Patrimonial (Anexo 14) de acordo com o Tesouro Nacional.

**QUADRO 1: ANEXO 14 – ESTRUTURA DO BALANÇO PATRIMONIAL**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
Caixa e Equivalente de Caixa			Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias a Pagar de Curto Prazo		
Créditos Realizáveis de Curto Prazo			Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo		
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo			Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo		
Investimentos Temporários			Obrigações Fiscais de Curto Prazo		
Estoques			Demais Obrigações de Curto Prazo		
Variações Patrimoniais Diminutivas			Provisões de Curto Prazo		
Pagas Antecipadamente					
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>		
Ativo Realizável a Longo Prazo			Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias a Pagar de Longo Prazo		
Investimento			Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo		
Imobilizado			Fornecedores de Longo Prazo		
Intangível			Obrigações Fiscais de Longo Prazo		
			Demais Obrigações de Longo Prazo		
			Provisões de Longo Prazo		
			Resultado Diferido		
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
			Patrimônio Social/Capital Social		
			Reservas de Capital		
			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
			Reservas de Lucros		
			Resultados Acumulados		
			Ações/Cotas em Tesouraria		
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>TOTAL</b>			<b>TOTAL</b>		

Fonte: (TESOURO, s.d.; p. 01)

O Quadro 2 demonstra uma proposta de ajuste necessária ao modelo acima.

**QUADRO 2: BALANÇO PATRIMONIAL AJUSTADO AO MEIO AMBIENTE<sup>4</sup>**

<ENTE DA FEDERAÇÃO>					
BALANÇO PATRIMONIAL					
EXERCÍCIO:		PERÍODO: MÊS		DATA EMISSÃO:	
PÁGINA:					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
Caixa e Equivalente de Caixa			Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias a Pagar de Curto Prazo		
Créditos Realizáveis de Curto Prazo					
Clientes Ambientais			Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo		
Subvenções Ambientais a Receber			Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo		
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo			Obrigações Fiscais de Curto Prazo		
Investimentos Temporários			Demais Obrigações de Curto Prazo		
Participações em Fundos de Investimentos Ambientais			Indenizações por Danos Ambientais		
Estoques			Multas Por Danos Ambientais		
Produtos Reciclados e Subprodutos			Provisões de Curto Prazo		
Variações Patrimoniais Diminutivas			Aquisições de Bens e Serviços Ambientais		
Pagas Antecipadamente			Multas Por Danos Ambientais		
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>		
Ativo Realizável a Longo Prazo			Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias a Pagar de Longo Prazo		
Investimento			Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo		
Imobilizado			Fornecedores de Longo Prazo		
Bens em Operações Ambientais			Obrigações Fiscais de Longo Prazo		
Intangível			Demais Obrigações de Longo Prazo		
			Provisões de Longo Prazo		
			Resultado Diferido		
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
			Patrimônio Social/Capital Social		
			Reservas de Capital		
			Ajustes de Avaliação Patrimonial		
			Reservas de Lucros		
			Multas Por Danos Ambientais		
			Resultados Acumulados		
			Ações/Cotas em Tesouraria		
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>TOTAL</b>			<b>TOTAL</b>		

Fonte: (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 191-192)

<sup>4</sup> Organizado pelos autores, 2010.

As contas em destaque no Balanço Patrimonial ajustado mostram em comparação com o modelo praticado, o não registro em linhas segregadas e assim demonstra o relatório sem seus princípios básicos ferindo a transparência e a equidade da demonstração elaborada.

### **3 CONCLUSÃO**

O registro contábil é uma ferramenta de suma importância para qualquer setor envolvido no mercado financeiro. Este elabora em demonstrações, as movimentações da entidade em um determinado período, e por isso, deve ser efetuado com clareza e transparência.

O setor público se baseia na NBC T 16.5, que criou várias características para a harmonização com a Portaria 184/08, e traz como foco a adaptação da Contabilidade Pública com as normas internacionais, disponibilizando informações transparentes e comparáveis.

Como pode ser verificado no trabalho elaborado, não há a inclusão das contas ambientais em sua escrituração, assim distorce demonstrações contábeis e não condiz com as principais características de seu registro contábil.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BEN, F. **Contabilidade ambiental e a realidade empresarial**. Disponível em: <<http://hermes.ucs.br/carvi/ccsa/dpec/fben/ARTIGOS/T5fernando.pdf>>. Acesso em: 12 de nov. 2010.

BRASIL. Portaria nº 184, de agosto de 2008. **Ministério da Fazenda**. Brasília, DF, 26 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/legislacao/portarias/2008/portaria184.asp>>. Acesso em 12 de nov. 2010.

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

TESOURO Nacional. **Anexo 14: Estrutura do Balanço Patrimonial**. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Anexo\\_14\\_Estrutura\\_do\\_Balanco\\_Patrimonial.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Anexo_14_Estrutura_do_Balanco_Patrimonial.pdf)>. Acesso em: 04 de nov. 2010.

TESOURO Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**.

Disponível em:

<[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Volume\\_IV\\_P\\_CASP\\_republicacao.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Volume_IV_P_CASP_republicacao.pdf)>. Acesso em: 04 de nov. 2010.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.